

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XIV/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de julho de 2021, pelas 11 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

- 1. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - Projeto de Lei n.º 838/XIV/2.ª (BE) - Reforça a proteção da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais (44.ª alteração ao Código Penal);
Relatora: Deputada Lina Lopes (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 858/XIV/2.ª (Ninsc CR) – Procede à alteração do prazo de prescrição dos crimes sexuais contra menores;
Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Projeto de Lei n.º 873/XIV/2.ª (PSD) - Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
Relator: Deputado Francisco Oliveira (PS)
- 2. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Senhora Ministra de Estado e da Presidência sobre a situação do Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP);
 - Requerimento apresentado pelo Deputado único representante do partido CH para audição urgente Ministro da Administração Interna e do Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz, a propósito dos recentes acontecimentos envolvendo um atropelamento e vários feridos naquela cidade alentejana.
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente do Ministro da Administração Interna sobre os festejos do Sporting como campeão nacional e as subseqüentes polémicas que originaram a abertura de um inquérito pela IGAI à atuação da PSP, considerando a alegada passagem de responsabilidades públicas relativas a esta situação, bem como as informações que se contradizem entre si que têm vindo a público.
- 3. Outros assuntos.**

Aberta a [reunião](#), o Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, anunciou a baixa da seguinte iniciativa legislativa:

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	CONSULTAS A PROMOVER
-----------	---------	----------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XIV/ 2.ª SL

PJL 914/XIV 2.ª (PAN)	Procede à alteração da Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital	CSM, CSMP, OA, CSTAF, CNPD, ERC, CNCS Deliberado não emitir parecer (agendada a discussão na generalidade para o plenário de 20.07.21)
--------------------------	---	--

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, teve lugar a apreciação e a votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Lei n.º 838/XIV/2.ª (BE)** - [Reforça a proteção da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais \(44.ª alteração ao Código Penal\)](#), apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Lina Lopes (PSD). Na discussão, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) que manifestou a sua concordância com o propósito da iniciativa, classificando como absurdas e abusivas as práticas que o projeto de lei pretende proibir, e salientou que aquelas condutas violavam direitos fundamentais, tal como era reconhecido por várias Ordens Profissionais. A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) agradeceu o parecer e frisou que o intuito daquela iniciativa legislativa era precisamente o de salvaguardar os direitos fundamentais das pessoas LGBT. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN, do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Projeto de Lei n.º 858/XIV/2.ª (Ninsc CR)** – [Procede à alteração do prazo de prescrição dos crimes sexuais contra menores](#), apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No debate, intervieram as Senhoras Deputadas Lina Lopes (PSD) e Beatriz Gomes Dias (BE), tendo esta última destacado a importância daquele tipo de iniciativas para a reflexão sobre a proteção a conferir às vítimas de crimes sexuais. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN, do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Projeto de Lei n.º 873/XIV/2.ª (PSD)** - [Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira](#), apresentado pelo Relator, Senhor Deputado



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XIV/ 2.ª SL

Francisco Oliveira (PS), tendo as Senhoras Deputadas Lina Lopes (PSD) e Beatriz Gomes Dias (BE) cumprimentado o Relator pelo parecer. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

No ponto seguinte, procedeu-se à discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- [Requerimento](#) apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), na qualidade de proponente, para audição da Senhora Ministra de Estado e da Presidência sobre a situação do Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP). No debate, interveio a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) que anunciou que o Grupo Parlamentar do PS não se oporia à realização da audição, considerando que a mesma proporcionaria uma oportunidade à Senhora Ministra para explicitar o procedimento que resulta da lei. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) disse igualmente nada ter a opor à audição proposta, contudo, questionou se, do ponto de vista da distribuição de competências, não seria mais adequado que a audição tivesse lugar na Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local (13.ª Comissão). Em resposta à questão levantada pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP), o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) informou que esse aspeto tinha sido ponderado por parte do Grupo Parlamentar do PSD, que concluiu estarem em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, não vendo, ainda assim, qualquer impedimento a que a audição pudesse ocorrer na 13.ª Comissão. Antes de colocar o requerimento a votação, o Senhor Presidente referiu que deve ser o proponente a adotar as diligências necessárias junto da 13.ª Comissão para que a audição seja aí realizada, não podendo a Comissão decidir da realização de audições em outras Comissões. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, do DURP do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- Por ausência do proponente, foram adiadas a discussão e votação do requerimento apresentado pelo Deputado único representante do partido CH para audição urgente Ministro da Administração Interna e do Presidente da Câmara de Reguengos de



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XIV/ 2.ª SL

Monsaraz, a propósito dos recentes acontecimentos envolvendo um atropelamento e vários feridos naquela cidade alentejana;

- [Requerimento](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente do Ministro da Administração Interna sobre os festejos do Sporting como campeão nacional e as subsequentes polémicas que originaram a abertura de um inquérito pela IGAI à atuação da PSP, considerando a alegada passagem de responsabilidades públicas relativas a esta situação, bem como as informações que se contradizem entre si que têm vindo a público. Antes de colocar o requerimento em discussão, o Senhor Presidente recordou que, no dia anterior, tinha dado entrada e sido distribuído um [requerimento com o mesmo objeto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP](#), pelo que, não havendo oposição, seria feita a discussão conjunta de ambos os requerimentos, sugestão que mereceu a concordância dos presentes. O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, salientando a discrepância entre as declarações do Senhor Ministro da Administração Interna e o vertido no relatório apresentado pela Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), e assinalando um hábito de afastamento de responsabilidades que reconhecia na tutela. O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) disse que, do ponto de vista do CDS-PP, era imprescindível ouvir o Senhor Ministro sobre aquela situação, desde logo porque o relatório evidenciava que tinha existido validação por parte do Ministério em relação ao formato dos festejos e também por ser manifesta a contradição entre as declarações do Senhor Ministro e o relatório da IGAI, justificando-se, assim, a necessidade de realização da audição. Aberta a discussão, o Senhor Deputado Francisco Oliveira (PS) anunciou que o Grupo Parlamentar do PS não acompanharia os requerimentos em apreciação, pois entendia que o relatório da IGAI e o despacho do Senhor Ministro eram, por si só, esclarecedores, e criticou a postura do PSD, que considerou um «partido de casos». De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado António Filipe (PCP) que começou por manifestar as suas dúvidas quanto ao agendamento daquela audição, explicando que o requerimento solicitava a audição com carácter de urgência, pelo que, a ser aprovado, a audição teria de ser agendada ainda antes do fim da Sessão Legislativa, o que obrigaria a Comissão a realizar trabalhos fora do período de funcionamento normal da Assembleia da República. Disse ainda que considerava que era necessária alguma razoabilidade na chamada de Ministros ao

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 83/XIV/ 2.ª SL

Parlamento, evitando a banalização das audições a membros do Governo. Terminou declarando que o PCP se iria abster, por considerar que o esclarecimento da questão suscitada pelos requerimentos não era tão urgente que justificasse a realização de reuniões da Comissão em período extraordinário. A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) disse que o Grupo Parlamentar do BE não iria inviabilizar a realização da audição, chamando a atenção, contudo, para a sobrecarga da agenda dos trabalhos da Comissão. Os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e Carlos Peixoto (PSD) usaram novamente da palavra, sublinhando que o que estava em causa era a discussão sobre a pertinência da realização da audição e não o momento em que a mesma ocorreria. Em resposta, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) reiterou que o requerimento continha uma referência ao «caráter de urgência» da audição que não podia ser ignorada, tendo o Senhor Presidente concordado e referido que, em caso de aprovação do requerimento, teria de ser solicitada a devida autorização ao PAR para realização de reunião fora do período de funcionamento normal da Assembleia. No final, submetidos a votação, os requerimentos foram rejeitados com os votos contra do PS, os votos do favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do PCP.

No ponto reservado a outros assuntos, a Senhora Deputada Lina Lopes (PSD), na qualidade de Presidente da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, usou da palavra para anunciar que a Subcomissão iria realizar o quarto debate do ciclo «O impacto da Covid-19 e as Desigualdades», desta feita subordinado ao tema «Tráfico de Seres Humanos em tempo de pandemia», informando que o mesmo se realizaria no dia 27 de junho, pelas 10h, no auditório António de Almeida Santos e convidando todos os Deputados membros da Comissão a estarem presentes. O Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para saudar a Subcomissão pela iniciativa de realização daquele ciclo de debates, salientando a pertinência e atualidade da temática escolhida.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 83/XIV/ 2.ª SL

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2021.

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)